

Governo estuda aumentar Bolsa Família para compensar alta do gás

Outras opções são dar vale ou reduzir o imposto sobre o botijão

Geralda Doca, Martha Beck e Karla Gamba

-Brasília- Preocupado com o impacto do preço do gás no bolso da população de baixa renda, o governo estuda três medidas que poderiam aliviar o orçamento dessas famílias: reduzir a carga tributária do GLP, recriar o Vale Gás ou reajustar o benefício do Bolsa Família. O assunto foi discutido ontem pelo presidente Michel Temer com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. O presidente Michel Temer pediu que sejam feitos estudos técnicos sobre o assunto, para

que se chegue a uma solução até o fim de março.

Em entrevista à rádio Guaíba (RS), Temer admitiu que o governo está estudando alternativas para a alta no gás de cozinha. Segundo ele, os últimos reajustes são "agressões ao consumidor". O produto subiu 15,10% nos últimos 12 meses: — Houve aumento no preço do botijão do gás de cozinha e estou examinando uma fórmula de compensar esse aumento para os

mais pobres, porque é para eles que o gás de cozinha tem um efeito muito grande.

Meirelles também mostrou essa preocupação: — Não temos nenhuma decisão a esse respeito. O que existe, sim, é uma preocupação com a variação grande do preço do gás.

Perguntado sobre o que estaria sendo estudado, o ministro disse que, primeiramente, conversaria com Temer e falaria com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, para decidir.

Segundo interlocutores do Planalto, será adotada a medida que tiver menor impacto sobre o Orçamento e, ao mesmo tempo, beneficie os mais pobres. O valor do gás tem oscilado muito desde que a Petrobras mudou sua política de preços e passou a repassar as variações no mercado internacional, o que encareceu o produto. Recentemente, a empresa revisou sua política para o produto.

Técnicos da área econômica afirmam que um reajuste no Bolsa Família ou a criação de subsídio para a baixa renda seriam as melhores alternativas para atingir o público-

alvo. Eles alegam que redução de impostos teria pouco impacto. O PIS/Cofins que incide sobre o gás de cozinha é de R\$ 0,16 para cada quilo. Num botijão de 13 kg, o peso dos tributos é de R\$ 2,08. Num botijão de R\$ 75, o PIS/Cofins responde por 2,77% do preço.

O técnico diz que esse é um valor pequeno, mas tem impacto significativo na receita num momento delicado para as contas públicas. A arrecadação anual do PIS/Cofins com gás de cozinha é superior a R\$ 1 bilhão.

Outro interlocutor da área econômica lembra que o governo teria dificuldade em garantir que a queda no imposto seria repassada aos consumidores. Lembrou que, no governo Dilma Rousseff, quando os preços de combustíveis ficaram represados, não houve redução nos valores, mas a margem de lucro dos distribuidores cresceu 60%.

O preço do gás já estava no radar da Petrobras. Em janeiro, a estatal mudou a forma de repassar variações de preços externos. O ajuste deixou de ser mensal para se tornar trimestral.

Colaborou Gabriela Valente

Executivo da Caixa terá meta mais rigorosa

Remuneração variável dependerá do nível de solvência do banco

Geralda Doca

-Brasília- Depois de 11 horas de duração, o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal aprovou, na quinta-feira, o programa de remuneração variável dos executivos do banco, a ser encaminhado à Secretaria das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento. Entre os principais critérios está o cumprimento do índice de solvência internacional do sistema financeiro (chamado de Basileia), que diz respeito à exigência de capital próprio das instituições. Estar enquadrada nestas regras é um desafio para a Caixa, que teve de segurar o crédito, pois não pode mais contar com aportes do Tesouro Nacional.

Com o novo requisito, os executivos do banco vão precisar de criatividade para manter a oferta de empréstimos. Ao mesmo tempo, terão de bater metas e atingir níveis de melhoria de eficiência. Nos outros bancos, a remuneração média dos executivos está diretamente

relacionada ao resultado, ao lucro das instituições financeiras.

SALÁRIO MÉDIO DE R\$ 45 MIL

Os novos critérios sobre o salário dos executivos da Caixa fazem parte do esforço do Ministério da Fazenda para melhorar a governança do banco — usado pelos governos para fazer política pública. Além de ter sido vítima das pedaladas fiscais (pagamento de benefícios sem os devidos aportes da União), a Caixa foi orientada a baixar juros e ampliar a oferta de crédito. Nas últimas semanas, o Tribunal de Contas da União (TCU) levantou suspeitas sobre a legalidade de empréstimos a estados e municípios sem as garantias previstas na Constituição. O problema é que, em caso de calote, as garantias dos contratos não podem ser executadas.

Segundo dados da Caixa, o salário médio fixo dos executivos em 2017 foi de R\$ R\$ 45.244,00. O valor referente à remuneração variável não foi informado.

— O valor de remuneração variável para o período é sempre

projetado e autorizado em cada ano, sendo que o seu pagamento varia conforme o atingimento das metas dos grupos de indicadores previstos no Programa de Remuneração Variável vigente e à avaliação de desempenho individual, podendo, inclusive, não ter pagamento da remuneração caso o resultado apurado não atinja as metas estabelecidas — disse uma fonte ligada ao banco.

A cúpula do banco queria um sistema parecido com o do Banco do Brasil (BB), mas acabou pesando a questão do capital. No BB, a remuneração fixa foi de R\$ 52 mil, e a política de remuneração dos dirigentes está alinhada com práticas de mercado e é divulgada em documentos de forma transparente, de acordo com o banco.

Na busca por melhores resultados, a Caixa Seguradora — subsidiária do banco, acertou com parceiro internacional, a francesa CNP Assurances, os critérios dos contratos que serão exclusivos, abrindo margem para que a Caixa possa vender seguros em parceria com outras empresas. Os contratos deverão ser assinados até o fim deste mês.

CONSUMIDOR »**Governo estuda subsídio ou recriação do vale-gás**

Venda de botijões residenciais: de agosto a dezembro do ano passado, produto subiu 67,8% nas distribuidoras

Presidente pede à equipe econômica estratégias para compensar o preço do botijão residencial para famílias de baixa renda. Além de uma solução para o problema, Temer quer saber qual o impacto da medida nos cofres públicos

» RODOLFO COSTA

Embora a inflação esteja controlada, o governo federal não planeja correr o risco de perder o controle sobre a carestia. Seja solicitando investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre práticas

anticoncorrenciais no setor de combustíveis — como já fez —, seja propondo medidas para amenizar o preço do gás de botijão para as famílias mais pobres. Ontem, o presidente Michel Temer solicitou à equipe técnica estratégias que possam compensar os aumentos do insumo. De agosto, quando a Petrobras mudou a política de preços, ao início de dezembro de 2017, o produto subiu 67,8% nas distribuidoras. Não estão descartadas as hipóteses de subsídios ao produto ou a criação de uma espécie de “vale-gás” para consumidores de baixa renda.

Antes de viajar com a família para Restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro, onde passará o carnaval, Temer chamou ao Palácio do Planalto os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. Aos auxiliares, o peemedebista cobrou estudos que viabilizem essa suavização no preço do gás de cozinha, bem como cálculos sobre os eventuais impactos da medida nos cofres públicos. Afinal, a concessão de subsídio ou auxílio para a compra do produto pode consumir uma fatia da arrecadação.

A proposta havia sido anunciada por Temer de manhã, em entrevista à Rádio Guaíba, mas começou a tomar forma após o encontro com os auxiliares no Planalto. “Estou examinando uma fórmula de compensar este aumento para os mais pobres. Naturalmente, o gás de cozinha sempre tem efeito muito grande para as famílias de baixa renda. E isso é para logo”, disse o chefe do Executivo federal.

Embora Temer queira agilidade na adoção da medida, ela só deve ser implementada a partir de março. “Não tem definição de data ainda. Não tem solução fácil”, advertiu um interlocutor do peemedebista. A criação de um fundo a partir de recursos gerados pela arrecadação de impostos sobre a gasolina e o diesel é uma das alternativas para sustentar o subsídio.





Outra opção é aumentar o valor do Bolsa Família para que contemple o dinheiro necessário à compra do produto. Por hora, no entanto, tudo ainda se encontra em fase embrionária. “O governo não bateu o martelo sobre qual a melhor forma de fazer isso. Não há nenhuma solução definida”, acrescentou o interlocutor.

Interferência

Independentemente de como o governo pretende reduzir o impacto do valor do botijão para os mais pobres, o consultor Paulo Valois, especialista na área de petróleo e gás do escritório de advocacia SVMFA, defende que não se interfira na política de preços da Petrobras. “Mexer no preço do gás de cozinha via redução do valor praticado pela estatal seria um retrocesso”, alertou. Para ele, proposta como subsídio ou um auxílio poderia ser bem-aceita pelo mercado.

As propostas levantadas até então não sugerem nada em relação à interferência na Petrobras ou reduções forçadas do custo do produto. A ideia é de que os ajustes do gás de botijão continuem sendo definidos trimestralmente, como anunciou em janeiro o presidente da Petrobras, Pedro Parente. Antes, a revisão era feita mensalmente, e, agora, segue uma média das cotações internacionais e do câmbio para um período de 12 meses.

Memória

Auxílio não é novidade

A adoção de vale-gás não é nova. Em janeiro de 2002, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto que regulamentou o Programa Auxílio Gás. O objetivo era compensar o reajuste de cerca de 12% no preço do gás de botijão. A assistência funcionou nos moldes do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação, mediante a distribuição de cartões magnéticos para o repasse do dinheiro. Um ano e nove meses depois, os três programas de transferência de renda foram unificados no atual Bolsa Família, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O auxílio era dado a beneficiários com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo por mês que estivessem inseridos nos programas da rede de proteção social do governo. O benefício era pago a cada dois meses pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 15, ou seja, R\$ 7,50 por mês. Valor bem diferente dos parâmetros atuais, mas condizente com o salário mínimo pago em 2002, de R\$ 200.

Em termos proporcionais, o valor do botijão correspondia a 3,75% do piso salarial da época. Atualmente, a proporção é maior. Em Brasília, é possível encontrar o gás de cozinha sendo comercializado a R\$ 95. Em relação ao salário mínimo atual, de R\$ 954, o preço corresponde cerca de 10% do rendimento mínimo. (RC)